

PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA



Gislene Aparecida dos Santos

A coleção Percepções da Diferença. Negros e brancos na escola é destinada a professores da educação infantil e do ensino fundamental. Seu intuito é discutir de maneira direta e com profundidade alguns temas que constituem verdadeiros dilemas para professores diante das discriminações sofridas por crianças negras de diferentes idades em seu cotidiano nas escolas.

Diferenciar é uma característica de todos os animais. Também é uma característica humana muito forte e muito importante entre as crianças, mesmo quando são bem pequenas, na idade em que freqüentam creches e pré-escolas e começam a conviver com outras observando que não são todas iguais.

Mas como lidar com o exercício humano de diferenciar sem que ele se torne discriminatório? O que fazer quando as crianças se dão conta da diferença entre a cor e a textura dos cabelos, os traços dos rostos, a cor da pele? Como evitar que esse processo se transforme em algo negativo e excludente? Como sugerir que as crianças brinquem com as diferenças no lugar de brigarem em função delas?

Os 10 volumes que compõem a coleção Percepções da Diferença chamam a atenção para momentos em que a diferenciação ocorre, quando se torna discriminatória, e sugerem formas para lidar com esses atos de modo a colaborar para que a auto-estima e o respeito entre crianças sejam construídos.

Os autores discutem conceitos e questionam preconceitos. Fazem sugestões de como explorar as diferenças de maneira positiva, por meio de brincadeiras e histórias, e de leituras que possam auxiliá-los a aprofundar a reflexão sobre os temas, caso desejem fazê-lo.

Para compor a coleção convidamos especialistas e educadores de diferentes áreas. Cada volume reflete o ponto de vista do autor ou da autora de modo a assegurar a diversidade de pensamentos e abordagens sobre os assuntos tratados.

Desejamos que a leitura seja prazerosa e instrutiva.

Gislene Santos

COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA

VOLUME 1

PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário-Executivo

José Henrique Paim Fernandes

**Secretário de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade**

André Luiz Figueiredo Lázaro

**COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA.**

Apoio:

Ministério da Educação - Secretaria de Educação
Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)
Programa UNIAFRO.

Realização:

NEINB - Núcleo de Apoio à Pesquisas em
Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro,
da Universidade de São Paulo - USP.
Coordenação da coleção: Gislene Aparecida dos Santos
Projeto gráfico: Jorge Kawasaki
Pinturas das capas: Zulmira Gomes Leite
Ilustrações: Marcelo d'Salete
Editoração: Nove&Dez Criação e Arte
Revisão: Lara Milani

ISBN 978-85-296-0082-6 (Obra completa)

ISBN 978-85-296-0083-3 (Volume 1)

Impresso no Brasil

2007

Sumário

Introdução	11
Qual é o seu diferencial?.....	12
E o que seria a discriminação?	17
Teria sido sempre assim?	22
O palhaço: o monstro!.....	24
Um pouco de teoria. Os caminhos da filosofia	26
E no Brasil?	34
Às voltas com a psicologia. O patinho feio	40
O papel do educador	43
Ei, se liga, professora! Isso é preconceito!!!.....	51
A chave está nas identificações!.....	52
Para saber mais	55
Glossário da coleção	56

PLANO DA OBRA

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e brancos na escola* é composta pelos seguintes volumes:

1 - Percepções da diferença. Autora: Gislene Aparecida dos Santos

Neste volume são discutidos aspectos teóricos gerais sobre a forma como percebemos o outro. Para além de todas as diretrizes pedagógicas, lidar com as diferenças implica uma predisposição interna para repensarmos nossos valores e possíveis preconceitos. Implica o desejo de refletir sobre a especificidade das relações entre brancos e negros e sobre as dificuldades que podem marcar essa aproximação. Por isso é importante saber como, ao longo da história, construiu-se a ideologia de que ser diferente pode ser igual a ser inferior.

2 - Maternagem. Quando o bebê pelo colo. Autoras: Maria Aparecida Miranda e Marilza de Souza Martins

Este volume discute o conceito de maternagem e mostra sua importância para a construção da identidade positiva dos bebês e das crianças negras. Esse processo, iniciado na família, continua na escola por meio da forma como professores e educadores da educação infantil tratam as crianças negras, oferecendo-lhes carinho e atenção.

3 - Moreninho, neguinho, pretinho. Autor: Luiz Silva - Cuti

Este volume mostra como os nomes são importantes e fundamentais no processo de construção e de apropriação da identidade de cada um. Discute como as alcunhas e os xingamentos são tentativas de desconstrução/desqualificação do outro, e apresenta as razões pelas quais os professores devem “decorar” os nomes de seus alunos.

4 - Cabelo bom. Cabelo ruim. Autora: Rosângela Malachias

Muitas vezes, no cotidiano escolar, as crianças negras são discriminadas negativamente por causa de seu cabelo. Chamamentos pejorativos como “cabeça fuá”, “cabelo pixaim”, “carapinha” são naturalmente proferidos pelos próprios educadores, que também assimilaram estereótipos relativos à beleza. Neste volume discute-se a estética negra, principalmente no que se refere ao cabelo e às formas como os professores podem descobrir e assumir a diversidade étnico-cultural das crianças brasileiras.

5 - Professora, não quero brincar com aquela negrinha! Autoras: Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz

Este volume trata das maneiras como os professores podem lidar com o preconceito das crianças que se isolam e se afastam das outras por causa da cor/raça.

6 - Por que riem da África? Autora: Dilma Melo Silva

Muitas vezes crianças bem pequenas já demonstram preconceito em relação

a tudo que é associado à África: música, literatura, ciência, indumentária, culinária, arte... culturas. Neste volume discute-se o que pode haver de preconceituoso em ler desses conteúdos. Apresentam-se ainda elementos que permitem uma nova abordagem do tema artes e africanidades em sala de aula.

7 - Tímidos ou indisciplinados? Autor: Lúcio Oliveira

Alguns professores estabelecem uma verdadeira díade no que diz respeito à forma como enxergam seus alunos negros. Ora os consideram tímidos demais, ora indisciplinados demais. Neste volume discute-se o que há por trás da suposta timidez e da pretensa indisciplinada das crianças negras.

8 - Professora, existem santos negros? Histórias de identidade religiosa negra. Autora: Antonia Aparecida Quintão

Neste volume se discutem aspectos do universo religioso dos africanos da diáspora mostrando a forma como a religião negra, transportada para a América, foi reconstituída de modo a estabelecer conexões entre a identidade negra de origem e a sociedade à qual esse povo deveria se adaptar. São apresentadas as formas como a população negra incorporou os padrões do catolicismo à sua cultura e como, por meio deles, construiu estratégias de resistência, de sobrevivência e de manifestação de sua religiosidade.

9 - Brincando e ouvindo histórias. Autora: Sandra Santos

Este volume apresenta sugestões de atividades, brincadeiras e histórias que podem ser narradas às crianças da educação infantil e também aspectos da História da diáspora africana em território brasileiro, numa visão diferente da abordagem realizada pelos livros didáticos tradicionais. Mostra o quanto de contribuição africana existe em cada gesto da população nacional (descendentes de quaisquer povos que habitam e colaboraram para a construção deste país multiétnico), com exemplos de ações, pensamentos, formas de agir e de observar o mundo. Serve não só a educadores no ambiente escolar, mas também ao lazer doméstico, no auxílio de pais e familiares interessados em ampliar conhecimentos e tornar mais natural as reações das crianças que começam a perceber a sociedade e seu papel dentro dela.

10 - Eles têm a cara preta. Vários autores

Este exemplar apresenta práticas de ensino que foram compartilhadas com aproximadamente 300 professores, gestores e agentes escolares da rede municipal de educação infantil da cidade de São Paulo. Trata-se da Formação de Professores intitulada Negras imagens. Educação, mídia e arte: alternativas à implementação da Lei 10.639/03, elaborada e coordenada por pesquisadoras do NEINB/USP simultânea e complementarmente ao projeto Percepções da Diferença Negras e brancos na escola.

A autora:

*Gislene Aparecida dos Santos nasceu em São Paulo, em 1964. É mestre em Filosofia e doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Fez pós-doutorado na University of London entre 2002-2003. Foi professora de Filosofia da Educação na UNESP, campus de Presidente Prudente entre 1998 e 2005. Atualmente é professora do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo e do programa de pós-graduação em Direitos Humanos da mesma Universidade. Leciona as disciplinas “Sociedade, multiculturalismo e direitos”; “Ética” e “Ciências, Valores e Políticas Públicas”. Publicou os livros *Mulher negra. Homem Branco* (2004); *a Invenção do ser negro* (2002) e organizou as coletâneas *Estudos sobre Ética* (2002) e *Universidade, Formação, Cidadania* (2000).*

Projeto gráfico: Jorge Kawasaki

Diretor de Arte e designer gráfico, iniciou a carreira em 1974, trabalhou em empresas como Editora Abril e Editora Globo. Criou e produziu vários projetos para Young&Rubican, Salles, H2R MKT, Editora K.K. Shizen Hosoku Gakkai (Tóquio, Japão), entre outras.

Pinturas das capas: Zulmira Gomes Leite

Teóloga, Artista Plástica, Acadêmica da Academia de Letras, Ciências e Artes da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo. Assina as Obras de Artes como Zul+.

Ilustrações internas: Marcelo d’Salette

*É ilustrador e desenhista / roteirista de histórias em quadrinhos. Ele mora em São Paulo, capital, estudou comunicação visual, é graduado em artes plásticas e atualmente mestrando em História da Arte. Seu tema de estudo é arte afro-brasileira. Ilustrou os livros infantis *Ai de tí, Tietê de Rogério Andrade Barbosa*; *Duas Casas*, de Claudia Dragonetti; entre outros. Participou da Exposição *Consequências do Injuve, Espanha, 2002*; da Exposição de originais da revista *Front* no FIQ, MG, 2003; e da Exposição *Ilustrando em Revista*, Editora Abril, 2005. Foi finalista do Concurso *Folha de Ilustração 2006*.*

Gislene Aparecida dos Santos

VOLUME 1

PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA

COLEÇÃO PERCEPÇÕES DA DIFERENÇA.
NEGROS E BRANCOS NA ESCOLA

Organização
Gislene Aparecida dos Santos

1ª edição
São Paulo
Ministério da Educação
2007

INTRODUÇÃO

Tratar o tema “diversidade e diferença” é um desafio para todo educador.

Mais do que uma apropriação teórica, trabalhar em sala de aula de modo a colocar em movimento idéias e práticas que estimulem a aproximação entre os diferentes requer dedicação e empenho.

Do ponto de vista legal, há diretrizes que orientam para o tratamento de temas como a diversidade étnica e racial, cultural e sexual. Do ponto de vista pedagógico, cada vez mais se intensificam propostas para uma educação inclusiva.

Para além de todas as diretrizes pedagógicas, lidar com as diferenças também implica uma predisposição interna para repensarmos nossos valores e possíveis preconceitos, e refletirmos sobre a especificidade das relações entre brancos e negros e sobre as dificuldades de aproximação entre professores e crianças negras.

Neste volume, convido os educadores a uma reflexão sobre alguns tópicos que poderão ser úteis para o início da construção de um conhecimento sobre diferenças e diferenciações.

Creio que as informações e as discussões apresentadas permitirão reflexões sobre diferentes grupos estigmatizados em função de raça, cor, sexo, aparência, religião.

Porque quero demonstrar como algumas idéias foram criadas para nos convencer de que um tipo humano é normal e superior a todos que seriam diferentes dele, optei por focalizar teorias, imagens e idéias desenvolvidas por autores europeus e ocidentais. Não se espantem, portanto, com a ausência de referências multiculturais!

É importante entender como essas idéias continuam nos influenciando e tentar, a partir da compreensão de suas origens e finalidades, construir novas formas de perceber, sentir, pensar, agir em relação a quem é diferente de nós, sem medo de nos aproximarmos.

QUAL É O SEU DIFERENCIAL?



Vocês já pensaram que ser diferente pode ser sinal de prestígio?

Prestem atenção nos inúmeros comerciais exibidos na TV que destacam a vantagem que um produto tem sobre outros. Em publicidade, isso é denominado “diferencial do produto”.

Vejam como as empresas criam grandes estratégias de marketing para convencer seus clientes de que cada um será atendido de acordo com a sua especificidade porque cada um é diferente do outro. As estratégias de comunicação de massa mais recentes visam mostrar ao público que ele é e deve ser respeitado em sua individualidade e diferença.

Muitos selecionadores de grandes empresas tentam observar, além dos requisitos básicos para o exercício de uma função, o que diferenciaria um candidato dos demais. O empregador deseja trazer à sua empresa alguma vantagem por meio da incorporação das qualidades diferenciadas de seus empregados.

Na vida cotidiana, quando queremos nos destacar de alguma forma,

valorizamos aquilo que temos de diferente dos outros: a roupa, o estilo, o cabelo, o comportamento...

A valorização da diferença, em nossos dias, é aceita como natural na medida em que acreditamos que cada indivíduo é diferente do outro. Isso nos faz autênticos porque nos faz únicos. Ser autêntico é considerado um valor a ser preservado.

Contudo, essa diferença, naturalizada, só é considerada positiva quando associada a algo que a sociedade e a cultura, de maneira geral, também consideram positivo.

Por exemplo, a mesma empresa que contrata um funcionário com a expectativa de agregar valores por meio do diferencial desta pessoa pode demitir outro funcionário que não tenha os mesmos valores, condutas e aparência que os tidos como aceitáveis dentro daquele espaço.

O mesmo traço que nos diferencia pode ser encarado de maneiras diversas. Um aluno muito estudioso que se destaca dos demais por suas boas notas pode ser visto pela professora como exemplo de bom comportamento, ou seja, sua diferença seria algo que o valorizaria. Por outro lado, para seus colegas de sala, essa mesma diferença pode ser encarada como sinal de que ele não pode fazer parte do grupo por ser chato, bitolado ou o queridinho da professora.

Em uma empresa, um funcionário muito dedicado pode ser encarado pelo seu chefe como exemplar e, pelos colegas, como carreirista.

A diferença, em si mesma, não é nem boa nem ruim. Depende do que está associado a ela para que ganhe estas designações.

DIFERENCIAR É NORMAL!

De fato, a identidade de todos nós depende da diferença.

Quando nascemos recebemos um nome e um sobrenome que nos diferenciam de outras pessoas, ao mesmo tempo que dizem quem somos. Mais tarde, ganhamos um número de identificação que ajuda a marcar nossa identidade e nossa diferença dos outros.

Ao longo de toda a nossa vida nos é ensinado e mostrado que a identidade é marcada pela diferença entre nós e os outros. Sabemos quem somos e construímos nossa imagem com base na relação direta com aquilo que é

diferente de nós, ou seja, com aquilo que não somos. A relação com o outro é chamada alteridade. A identidade não existe sem a alteridade. O *eu* não existe sem o *outro*.

Percebe-se que diferenciar não só é algo natural, como também é essencial para a construção de nossa identidade.

Em algum momento da vida, os seres humanos passam a perceber que são diferentes uns dos outros. Os psicanalistas dizem que esta percepção começa muito cedo nos bebês, quando descobrem que a mãe não é extensão de seu corpo. Como a mãe está sempre presente, é preciso que o bebê aprenda (e a mãe também) que ambos são seres diferentes. O bebê descobre a existência da mãe, do pai, dos familiares, do outro. Aprende os valores de sua família. Este é o momento da socialização primária.

Contudo, é quando a criança passa a conviver com outras pessoas fora do círculo familiar que a percepção das diferenças se intensifica: é o momento da socialização secundária, que quase sempre acontece quando as crianças vão para creches e escolas. E como elas vão cada vez mais cedo para instituições de educação infantil, é transferida para os educadores a responsabilidade de ensinar valores, o que antes era somente tarefa da família. Sem discutir a adequação ou não desta prática, penso que tanto a família quanto a escola devem estar preparadas para fazer com que a curiosidade das crianças em relação àqueles que são diferentes seja associada a experiências prazerosas e de descoberta do novo e não punida ou envolvida em medo, repreensões e castigos.

Muitas vezes, o professor se vê diante do olhar surpreso de uma criança que percebe a diferença entre ela e outras crianças.

Lembro-me, até hoje, de um garotinho bem pequeno de uma escola de educação infantil que olhou, olhou e olhou para mim e disse surpreso: “Você tem a cara preta!!!”. Foi uma descoberta seguida do desejo do toque, como se o toque fizesse com que o pequeno menino incorporasse essa diferença que, naquele momento, não o assustava nem gerava estranheza. Era simplesmente uma diferença.

Os educadores não devem temer ou inibir essas expressões. Diferenciar é uma forma de apropriação do mundo, de conhecimento, de construção de si mesmo. Eu não sou como você, somos diferentes.

O garotinho queria tocar o cabelo, o rosto, porque o toque era a melhor

maneira de descobrir e conhecer algo que para ele era novo. Não cabia compreensão do professor dizendo: *“Que é isso, menino?! Vai desarrumar o cabelo da moça! Que feio, somos todos iguais!!”*. O melhor seria explorar essa percepção, valorizando-a. Poder-se-ia dizer: *“Sim, ela tem a cara preta e você tem a cara branca! O cabelo dela é crespo e bem cheio e o seu é liso e bem curtinho! Que tal colocar a mão para sentir os nossos cabelos e os cabelos dos outros?”*.

Diferenciar é normal! Não diferenciar, não se diferenciar do outro, não perceber os limites entre mim e o outro, o que pertence a mim e o que não pertence, como traços físicos e psicológicos, é considerado uma doença mental grave, caracterizada pela incapacidade de dissociação.

Woody Allen, cineasta americano, fez muito sucesso com o filme Zelig. Zelig era um homem camaleão, que simplesmente não conseguia manter sua aparência e assumia o aspecto e a personalidade de quem estivesse próximo a ele; desta forma, ora era branco, ora negro, ora homem, ora mulher, ora gordo, ora magro...

O contrário, quando o sujeito não se identifica em nada com ninguém, não estabelece nenhum vínculo afetivo com outro humano além dele próprio, também gera outra forma de psicose, ou doença mental, denominada narcisismo.

Narciso, personagem da mitologia grega, morre ao tentar abraçar a própria imagem, pela qual tinha se apaixonado, refletida na água. Não era capaz de amar nada ou ninguém além dele mesmo. Não desenvolveu nenhuma forma de alteridade.

Ambos dão exemplos de doenças psíquicas que nos mostram o quanto é importante nos relacionarmos com aquilo que é diferente de nós, sem, contudo, nos confundirmos com o outro; o quanto é importante nos diferenciar como forma de construirmos nossa própria identidade. E, também, como é fundamental aprendermos a nos relacionar com as diferenças dos outros, com os diferentes.

A identidade não é dada de uma vez. Enquanto estamos vivos, recolhemos na sociedade, na cultura, fontes com as quais poderemos ou não nos identificar. Ao longo da vida desenvolvemos o processo de identificação.

É fundamental perceber que o processo de identificação implica que estejamos abertos a nos relacionar com aquilo que é diferente de

nós; a dialogar com as diferenças, pois é a partir deste diálogo que incorporamos novos conteúdos a nós mesmos, abandonamos antigos, nos transformamos.

FAZ TODA A DIFERENÇA!

A construção da identidade e da diferença é apoiada por várias práticas e comportamentos da família, da sociedade, da cultura que representam os valores que essa família, essa sociedade e essa cultura consideram os melhores e com os quais gostariam que nos identificássemos. Ao mesmo tempo que estabelecemos o que consideramos bom, criamos o que consideramos ruim.

VEJAM!

Quando crianças, ouvimos de nossos pais: *“Não faça isso porque parece criança sem educação”*. Aprendemos que existem crianças com educação e crianças sem educação e queremos nos identificar com aquelas que têm educação. Para tanto, copiamos os comportamentos que são associados à boa educação. Ao mesmo tempo, inventamos aqueles que serão considerados os sem educação por não imitarem esses comportamentos. E desses deveremos nos afastar.

Vamos à escola e ouvimos dos professores que *“esse aluno é bom, não me dá trabalho, é inteligente e bem comportado”*. Aprendemos que existem os alunos que dão trabalho e os que não dão, os bem comportados e os que não são bem comportados. Criamos parâmetros para definir quem identificaremos de maneira positiva e quem identificaremos de maneira negativa.

Ouvimos de jovens e moços: *“Que menina bonita! Que menino bonito!”*. Aprendemos que existem pessoas bonitas. Aprendemos, ao mesmo tempo, o que nossa sociedade estabeleceu como modelo de beleza. Criamos o belo e o feio.

Quando adultos, aprendemos que *“fulano tem status, beltrano não tem. Sicrana tem classe, beltrana não tem. Fulano é fino, beltrano, grosseirão...”*. Aprendemos que existem pessoas com status, finas, de classe e pessoas diferentes dessas. Criamos padrões, modelos e categorias para diferenciação, inclusão e exclusão entre aqueles que representariam os bons

valores e aqueles que representariam os maus valores.

Essa diferenciação (que é normal e imprescindível para a construção de nossa identidade) se torna um problema quando é associada a formas de hierarquização, discriminação, exclusão, segregação e eliminação daqueles que são considerados diferentes ou que não correspondem aos valores configurados como belos e bons.

Toda sociedade estabelece para si modelos do que é considerado belo, bom, justo e do que deverá ser incorporado, reproduzido por seus membros de modo a manter a ordem e a unidade dela própria. O mesmo fazem as famílias e as instituições. Nenhuma sociedade pode sobreviver sem que esses valores sejam estabelecidos, incorporados e reproduzidos por seus cidadãos. Eles são inventados pelos humanos, podem existir por muitos anos ou não, mas é importante saber que, como toda criação humana, esses valores não são eternos, não foram dados por deuses e são relativos a cada época, podendo ser alterados ou abandonados.

À educação, quase sempre, cabe o papel de ensinar suas crianças a valorizar de maneira positiva (reproduzir) os bons valores e rejeitar os maus.

Ao construirmos nossa identidade como seres que pertencem a um determinado grupo social, incorporamos os valores que são disseminados na sociedade, na cultura, na família e por meio da educação (escolar ou não escolar) que recebemos. Quando incorporamos esses valores, incorporamos, ao mesmo tempo, os modelos do que são o bom e o ruim. Se a nossa sociedade nos ensina que não roubar é bom, devemos nos identificar, se quisermos ser considerados bons cidadãos, com aqueles que são honestos, assumir como valor e traço de nossa conduta a honestidade. Nesse sentido, aprendemos a valorizar a honestidade e a depreciar a desonestidade. E o que acontece com os desonestos? Serão discriminados como tal.

E O QUE SERIA A DISCRIMINAÇÃO?

Discriminar é separar em categorias. Se crio a categoria cor, discrimino o azul do amarelo, do roxo, do preto, do cor-de-rosa. Se crio a categoria som, discrimino os sons altos dos baixos, dos agudos, dos graves. Se crio a categoria flor, discrimino as rosas das margaridas, das orquídeas, das petúlias. Se crio a categoria altura, discrimino os altos dos baixos, dos médios. Se crio a categoria peso, discrimino os pesados dos leves etc.

A discriminação também deixa de ser somente um ato de separação que visa organizar algo dentro de categorias inventadas pelos humanos quando é apoiada em valores por meio dos quais são estabelecidas hierarquias.

Por exemplo: crio a categoria bondade, discriminando os bons dos ruins e os hierarquizo de modo a saber que o bom é superior ao ruim. Crio a categoria honestidade, discriminando os honestos dos desonestos e os hierarquizo sabendo que os honestos são melhores do que os desonestos. Crio a categoria altura e discrimino considerando que quem é alto é mais atraente do que quem é baixo. Crio a categoria sexo e discrimino o sexo masculino do feminino, afirmando que os homens são mais capazes que as mulheres. Crio a categoria “raça” e discrimino brancos, negros, amarelos, indígenas, enfatizando que os brancos são superiores a todas as demais “raças”.

Discriminar também é uma forma de ultraje feito àqueles aos quais separamos e atribuímos valores negativos dentro das categorias que criamos. Neste caso, quando dou um tratamento ruim, humilhante e desigual a alguém por ser baixo, por ser mulher, por ser negro, eu o estou discriminando!

PERCEBEM?

Diferenciar é essencial para a formação da identidade humana.

O que faz toda a diferença é quando associamos diferenciações a valores e hierarquias que são pontos de partida para o exercício do poder e da dominação. E quando oferecemos tratamento diferenciado a alguém em função das categorias que criamos e dos valores que atribuímos àqueles que inserimos nestas categorias.

Vocês já observaram a que a palavra “negro” é associada em nossa cultura?

Vejam o que diz o Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa:

Negro: 1- De cor preta. 2- Diz-se dessa cor; preta: terno de cor negra. 3- Diz-se do indivíduo de raça negra; preto. 4- Preto. 5- Sujo, encardido, preto. A criança está com as mãos negras. 6- Preto: As nuvens negras anunciavam tempestade. 7- Muito triste; lúgubre: “pensar [Casimiro



de Abreu] que sua morte poderia ocorrer em Lisboa (...) o fazia mergulhar nas mais negras infelicidades.” (Carlos Drummond de Andrade, Confissões de Minas, p. 28). 8- Melancólico, funesto, lutuoso: Negro destino o esperava. 9- Maldito, sinistro. Em negra hora chegou ali aquele bandido. 10- Perverso, nefando: O negro crime abalou a cidade. (HOLANDA, Aurélio Buarque de. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. São Paulo: Nova Fronteira, 1986, p. 1187.)

O verbete ainda indica que, por extensão, “negro” significa “escravo”.

A palavra “negro”, tomada como valor (como um adjetivo), foi associada a uma série de categorias negativas. Aprendemos a pensar que tudo o que é negro é ruim. E ensinamos as crianças a pensar do mesmo modo, visto que essa forma de pensamento é referendada pelo próprio dicionário de nossa língua!!!

O dicionário ainda nos dá outros sentidos para a palavra “negro”: “câmbio negro” (mercado paralelo de dinheiro, não oficial, ilegal), “lista negra” (lista daquilo que é condenado, reprovado), “magia negra” (magia que é feita visando ao mal de alguém), “mercado negro” (mercado ilegal, ilícito).

Essa é uma das razões pelas quais muitos indivíduos deixaram de se

designar como “negros”, passando a utilizar a expressão “afro-brasileiros” ou “afro-descendentes”, indicando a origem de todos aqueles que são descendentes de africanos, mas nasceram no Brasil.

Já notaram que na maioria dos jogos e desenhos a cor negra sempre está associada ao mal?

Em Guerra nas estrelas, a famosa saga de George Lucas, o vilão da história chama-se Darth Vader – ele representa o lado negro da força, suas roupas são pretas. Antes de passar para o lado do mal, suas roupas eram claras...

Em outra saga famosa, O senhor dos anéis, baseado nos livros de J. R. Tolkien, os seguidores do anel que simboliza o mal são todos monstros negros ou escuros.

Nos desenhos animados, em geral, as boas ações são associadas às cenas iluminadas com personagens claros e as más ações ou momentos assustadores são vinculados a cores escuras, personagens escuros.

Ensinamos as crianças a discriminar associando o negro a todas as categorias negativas em diferentes situações.

NA CATEGORIA HERÓI, NEGRO NÃO ENTRA!!!

Somente alguns poucos desenhos, mais recentemente, consideram o personagem negro como herói. “Lanterna Verde”, da Marvel, na versão mais tornou-se afro-americano; “Super-Choque” (ou Static Shock) da Dc Comics, é o primeiro “teen” negro das histórias em quadrinhos e somente surgiu no final dos anos 1990. Também há “Uub” (personagem do Dragon ball, criado por Akira Toriyama) e “Barret” (do Final fantasy VII, criado pela Square) como exemplos.

E os contos de fada? As princesas e os príncipes são negros? Dêem uma olhadinha nas ilustrações que acompanham essas histórias que contamos e mostramos para nossos pequenos. Ensinamos a eles que os príncipes e as princesas são brancos e com olhos claros. Já pensaram como as crianças negras podem se sentir diante disso?

Em 2005, Roseli Figueiredo Martins realizou pesquisa sobre a construção da identidade de meninas negras entre alunas da quarta série do ensino fundamental em escolas públicas da periferia de São Paulo. Usou, como instrumentos para sua comunicação com as crianças, contos de fadas tradicionais,

histórias de matriz africana, bonecas, desenhos, maquiagens e perucas. Roseli foi percebendo que as meninas, sempre que podiam, faziam escolhas pelo modelo branco, tanto com as bonecas quanto com as histórias. Em uma oportunidade, Roseli simulou um pequeno desfile de modas. Ofereceu a elas perucas de vários tipos (cabelos lisos, crespos, loiros, pretos, compridos, curtos). As meninas brigavam pela peruca loira de cabelo comprido. Ao final da atividade, mesmo destruída, a peruca loira continuava sendo objeto de desejo, enquanto a que reproduzia o modelo dos cabelos das pessoas negras permaneceu intacta porque ninguém a desejou. Se quiserem conhecer esse trabalho tão interessante, acessem a biblioteca virtual da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp. O título do trabalho é “A identidade de meninas negras: o mundo do faz de contas” (<http://www2.fct.unesp.br/posledul/Dissertacoes/2006/roseli.pdf>).

Como as crianças constroem esses modelos e a partir do que passam a pensar que o branco é melhor do que o negro? São elementos que a cultura oferece e aos quais incorporamos a nossa imaginação, a nossa vida, de maneira inconsciente, e que passam a determinar a forma como nos relacionaremos com pessoas e coisas identificadas como negras.

E O QUE SERIA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL?

Seria o momento em que, a partir das diferenças existentes entre os povos, criou-se a categoria raça como algo determinado biologicamente e, então, dividiu-se toda a humanidade em grupos raciais, criando hierarquias entre eles e atribuindo valores diferentes para cada um. Quando discrimino racialmente estou separando alguém, me diferenciando de alguém de acordo com esses valores e em acordo com essa categoria inventada para hierarquizar os grupos humanos.

A discriminação (quando associada a valores e hierarquias) pode ser o ponto de partida para uma série de ações individuais, grupais, políticas tais como a segregação, a exclusão, a eliminação de indivíduos e grupos humanos inteiros.

Croatas, tutsis, judeus, negros de forma geral, cada um desses grupos, em algum momento da história, foi perseguido, segregado e massacrado por outro grupo humano que se considerou superior a ele.

Para que essa perseguição fosse aceita como natural e não fosse contestada, se desenvolveram elaborados discursos que justificavam por que esse outro deveria e poderia ser eliminado.

A justificação teórica cujo objetivo é explicar a superioridade de uma “raça” em relação a outra é chamada racismo.

RACISMO?

O racismo é a justificação teórica criada para dar fundamento à ação política de discriminação, segregação, exclusão e eliminação baseada na idéia de que existem raças humanas com características determinadas e imutáveis, atribuídas a todos os indivíduos pertencentes a certos grupos e transmitidas hereditariamente. A cada raça biológica corresponderiam também traços de cultura, valores, ciências, de modo que as “raças” mais evoluídas deveriam dominar e comandar as “raças” menos evoluídas, para o bem da própria humanidade. O racismo é uma ideologia ou uma forma de dominação que explica e justifica que essas supostas raças superiores dominem ou eliminem as consideradas inferiores.

Também já foi demonstrado cientificamente que não é possível separar os homens em raças biológicas porque a variação entre os humanos é tão grande que levaria à conclusão, grosso modo, de que cada homem corresponderia a uma raça específica, caso existissem raças.

As “raças” não existem; contudo, o racismo continua a existir porque não é ciência, é ideologia, é uma forma de dominação. Portanto, mesmo sabendo que as “raças” não existem de verdade, muitos continuam acreditando naquilo que foi inventado como forma de dominar os povos considerados inferiores. Muitos continuam acreditando que os negros são inferiores e têm características próprias como alegria, sensualidade, menor inteligência, mais força, mais agressividade etc.

Embora não existam raças biológicas, existe a discriminação baseada no discurso racista construído outrora, por isso, alguns intelectuais afirmam que a raça como categoria social, cultural e representação do modo como alguns povos foram e são discriminados e excluídos continua a existir.

TERIA SIDO SEMPRE ASSIM?

Não! O racismo e as raças biológicas são construções teóricas, filosóficas e ideológicas que surgiram a partir do século XIX.

A escravidão negra, muito embora tenha se iniciado muito antes que o conceito de raça tenha sido forjado e o racismo, inventado, foi baseada na

idéia de que os negros eram diferentes, não tinham alma, eram selvagens e brutais e, por isso, deveriam ser escravizados para a salvação de suas próprias almas. O mesmo argumento fora utilizado para a escravização dos indígenas da América.

E, se não havia “raças” biológicas nem racismo, mesmo assim os negros eram discriminados?

Ao longo da história, houve várias formas de enxergar a população negra. Essas percepções indicavam, ao mesmo tempo, estranhamento diante daquilo que era diferente e desejo de dominação. Vejam abaixo:

Representações do negro ao longo da história	
O negro poderia ser visto como repugnante	São Bento, o Mouro, teria ganho a cor escura (por isso, mouro) depois de ter pedido a Deus que o fizesse um ser hediondo para não sucumbir às mulheres.
O negro poderia ser visto como sedutor	Um monge do século V descreve como o diabo se disfarçava em mulher negra, impudica e lasciva para tentar os homens.
O diabo era pintado de negro	Os mouros eram tomados como demônios. Shakespeare descreve como assustador o mouro Otelo.
Os negros seriam descendentes de Caim	Caim teria tido sua face enegrecida por Deus após ter matado Abel. Todos os africanos seriam seus descendentes
Os negros seriam descendentes de Cam	Todos os africanos seriam camitas, descendentes de Cam, que teria rido da nudez de seu pai Noé e, como castigo, foi condenado a servir para sempre a seus irmãos. Expulso para a África, teve a pele escurecida, e todos os seus descendentes teriam como destino a negrura da pele e a servidão.
Os negros seriam apóstatas	Acreditava-se que todos os negros teriam tido a oportunidade de conhecer ao Evangelho pregado pelos quatro cantos da terra. Mas, mesmo assim, viviam sem aceitar a fé cristã e isso comprovava que resistiam a salvar sua alma e, por isso, deveriam ser escravizados como forma de redenção.
Os negros seriam povos sem lei, sem rei, sem fé e sem alma	João de Barros, cronista nascido no final do século XV, escreveu que os povos africanos com os quais os portugueses travavam contato eram gente que não conhecia a política, nenhuma forma de direito divino ou humano, nenhuma ciência, não conhecia a justiça, habitava as cavernas e vivia como animais.
	Camões dizia que se tratava de selvática gente negra e nua.

<p>Por que os negros seriam negros?</p>	<p>Por que se serviam de água e alimentos somente encontrados na África? Por que o calor da África teria feito com que todos os elementos que comporiam seu corpo tivessem sido queimados somente restando a cor de terra preta?</p>
---	--

Isso mostra como os europeus percebiam os povos africanos que contactavam, mas também fala sobre a necessidade que tinham de encontrar em todo o lugar aquilo que era idêntico a eles mesmos.

Olhavam para os africanos como se estes devessem ser europeus e, por isso, marcavam as diferenças que encontraram a partir do padrão europeu. O que era considerado positivo: ser cristão, branco, partilhar da mesma noção de justiça, direito, política. E o que era considerado negativo: ser negro, africano, não cristão, andar nu... ser diferente do europeu.

Vejam! Eles percebiam as diferenças, atribuíam valor a elas e, depois, definiam hierarquias. Isso tudo aparece no discurso sobre o que acreditavam ser os povos da África.

Como esses valores e hierarquias foram criados?

O PALHAÇO: O MONSTRO!

Às vezes, em crianças bem pequenas, podemos observar dois registros opostos diante do que é diferente: um de desejo ou atração e outro de medo ou repulsa.

Alguém se recorda de um comercial de TV no qual um pequeno menino estava em seu quarto, assustado, pedindo para o pai ficar com ele porque havia um monstro dentro do armário? O “monstro” do armário sai assustado, chorando, andando na ponta dos pés e liga para o pai dizendo: “Pai, vem me buscar!”. O me-



nino tinha medo do monstro e o monstro, medo do menino. Ao final, os dois eram pequeninos seres de sua espécie, estranhos um ao outro, um temendo ao outro.

São muitas coisas que determinam o que vamos sentir diante do diferente: se medo ou atração; desejo de aproximação ou repulsa. Mas, em síntese, alguns teóricos explicam que o diferente nos assusta quando não é totalmente diferente de nós, ou seja, quando é diferente, mas, ao mesmo tempo, tem algo que nos parece familiar.

Pensem na figura do palhaço. Por que tantas crianças pequenas têm medo de palhaço, e, ao contrário das expectativas de pais e professores, choram e se desesperam diante da figura simpática que tem como único objetivo alegrá-las? Já presenciei diversas vezes crianças desesperadas quando da aproximação de palhaços para lhes dar bexigas e balas. Agarram o pescoço da mãe até quase sufocá-la!!!

O palhaço é um ser humano bizarro. As crianças identificam a sua humanidade: ele fala, anda, tem mãos, pés, cabeça, olhos, ouvidos, boca... Contudo, é tudo diferente nele. Olhos grandes, pés enormes, rosto pintado, cabelo colorido. É um verdadeiro monstro!!! E as crianças se assustam porque identificam algo que lhes é familiar – é uma pessoa, mas, ao mesmo tempo, é uma pessoa completamente estranha.

Ao longo da vida, esses registros que podem ser percebidos nas crianças bem pequenas permanecem praticamente inalterados. Diante do diferente podemos sentir desejo de aproximação, curiosidade, vontade de conhecer, ou medo, repulsa, desejo de fugir.

Alguém já assistiu ao filme *Kiriku e a feiticeira*? O filme de Michel Ocelot é baseado em uma história africana. Narra a aventura do pequenino Kiriku que tem como missão salvar sua vila da poderosa feiticeira Karabá. Kiriku enfrenta a enorme feiticeira porque, inocente, não aprendeu a ter medo e não ergueu um monte de obstáculos entre ele e a vontade de descobrir o mundo. Ele aprendeu que os monstros são criados pela imaginação humana, pelo medo e pela dor.

Mas se diferenciar não é necessariamente ruim, por que às vezes pode ser ruim?

Algumas ciências como a filosofia, a história e a psicologia nos ajudam a compreender o processo pelo qual algo que faz parte da constituição da identidade humana, que é natural e presente em todas as épocas e culturas

– o ato de diferenciar e de perceber diferenças –, pode ser transformado em algo cruel, ruim, fonte de dor e alicerce de práticas de violência.

UM POUCO DE TEORIA. OS CAMINHOS DA FILOSOFIA

“Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada, com vistas a evitar o excesso de crianças; se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos, deve haver um dispositivo legal limitando a procriação; se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida.”

(ARISTÓTELES. Política. Brasília: UnB, 1985, p. 261.)

O trecho citado acima foi escrito por um dos autores mais importantes para o pensamento ocidental, o filósofo Aristóteles, que viveu no século V a.C.

Outro filósofo não menos importante, Platão, mestre de Aristóteles e discípulo de Sócrates (todos nomes nobres do pensamento filosófico ocidental), defendia que se uma criança tivesse inclinação para a violência ou grande moleza, deveria ser rejeitada ou morta porque a educação só seria possível quando houvesse uma natureza generosa, ou seja, uma inclinação natural para isso.

Pensem neste mundo no qual a razão ocidental foi engendradora: as crianças, quer por deformidades ou por deficiências, consideradas naturalmente violentas ou pouco ativas deveriam ter como pena o abandono ou a morte. Era uma sociedade pouco tolerante com as diferenças.

De fato, os gregos antigos diziam que os seres humanos, por serem passionais, estavam sempre sujeitos a agir como um barco à deriva – ora no alto, ora no baixo, perdendo a harmonia interna e gerando a desarmonia no mundo social. Por isso, os homens precisavam ser educados para lidar com suas paixões. A educação era apresentada como uma proposta de “formação” que adequava os seres humanos aos valores de sua cultura, de sua sociedade; por isso era uma educação moral pautada na ética.

Quando os antigos inventaram esse sentido para a ética, buscavam compreender como fazer esse processo de desordem alcançar a ordem, como fazer com que os seres humanos alcançassem a calma que eles acreditavam que existia no universo. Buscavam descobrir como manter a sociedade e a cultura, preservando-as dos interesses e dos desejos individuais que podiam oscilar como as marés. Esses pensadores acreditavam que seria necessário um processo de educação através do qual o homem aprendesse a conduzir sua vida em direção a um porto seguro, a um rumo certo, para a felicidade coletiva.

O que garantiria a continuidade da cidade ou da vida em conjunto seria a obediência à lei. Todos deveriam obedecer à lei. Não obedecer às leis seria igual a destruir a cidade. A sociedade grega clássica encarava as alterações como ameaças a sua sobrevivência.

Em função disso, era uma sociedade que via com maus olhos os estrangeiros (considerados bárbaros), porque estes desconheciam os costumes e as leis e, portanto, poderiam trazer problemas à cidade.

O estrangeiro era o diferente. Mas não só ele. Eram considerados diferentes e malvistas todos aqueles que não se submetessem às normas da cidade.

Os gregos pensavam o outro como negatividade, como barbárie, como ausência de lógica e de razão, como movimento, como inferioridade. De que forma estabeleceram essas categorias? Resposta: partindo de sua própria realidade e identidade e olhando o outro a distância. A filosofia daquele período ensinava a reconhecer o diferente e a identificá-lo como uma forma de ameaça.

Aristóteles foi o primeiro a estabelecer uma hierarquia entre os seres de modo a organizá-los de acordo com suas qualidades (ou valores) na ordem da criação do mundo e de acordo com suas diferenças. Não que esse sentimento ou pensamento fosse inexistente antes desse filósofo. Mas foi ele quem, no campo do pensamento ocidental, definiu uma ordem dos seres no mundo social e natural, subdividindo-os de acordo com sua maior ou menor perfeição.

Os homens adultos e livres eram considerados os seres mais perfeitos. Os mais perfeitos deveriam comandar os menos perfeitos com vários tipos de autoridade. Entre seres de igual natureza, caberia um governo político; entre seres de naturezas diferentes, caberia um comando despótico, apolítico. Havia superioridade nata do masculino sobre o feminino, pois a mulher era considerada um ser incompleto, que possuía fraca faculdade desiderativa e por isso deveria obedecer ao comando do homem. Aos filhos, dever-se-ia conce-

der uma educação adequada para torná-los cidadãos virtuosos, usando uma autoridade de tipo monárquico. E, no governo despótico de seus escravos, dever-se-ia mantê-los de modo que pudessem ser úteis aos fins da família.

Para eles, a idéia de ordem e harmonia implicava compreender a forma como a natureza expressava essa hierarquia natural. Obviamente, uma criança disforme seria onerosa à cidade e completamente desnecessária segundo a ordem natural.

PERCEBEM? HÁ A PRESENÇA DA DISCRIMINAÇÃO ASSOCIADA A VALORES E A HIERARQUIAS!

Ao contrário do que pode parecer num primeiro momento, quando Aristóteles escreveu não estava preocupado em oprimir a todos ou justificar a violência. Ele estava tentando explicar o que enxergava no mundo, da forma como compreendia a ordem das coisas criadas, a sua natureza e finalidade. Um mundo no qual o trabalho braçal era desprezado e exercido por escravos, no qual os homens dominavam e as mulheres tinham lugar secundário e que acreditava que a harmonia do corpo, da cidade, do cosmos significava formas “perfeitas”.

Olhem para as estátuas criadas nesse período e notem como se ocupavam com a reprodução de formas físicas que passaram a ser consideradas belas: a beleza clássica, a beleza grega.

*Urna Ateniense V séc.
a.C., Museu de Berlim,
Alemanha. Reproduzido
em: Enciclopédia
dos Museus. Milão:
Mondadori Editore,
1967, p. 55.*





Estátuas de Apolo e Vênus de Milo. Arte helenística da metade do século II a.C., Museu do Louvre, Paris. Reproduzido em: Enciclopédia dos Museus. Milão: Mondadori Editore, 1967, p. 54, 57.

O pensamento de Aristóteles prevalece soberano na filosofia ocidental até o século XVII, ensinando a todos o lugar e o valor de cada um na ordem da criação do mundo.

Por quantos anos a autoridade do homem sobre a mulher foi tida como natural? Por quanto tempo foi aceito que a natureza produzia seres que deveriam comandar e outros que deveriam obedecer?

Com base na teoria aristotélica, mesmo que de forma enviesada, foi dito que haveria, naturalmente, aqueles seres que nasceriam destinados à escravidão por não terem nem desejo, nem vontade, nem razão, sendo nada mais do que *instrumentum vocale*, ou “objetos falantes”. Essa mesma teoria serviu para justificar a superioridade dos nobres a seus servos.

Vemos isso, por exemplo, nos estatutos de nobreza que reinavam na Europa medieval e renascentista: os nobres eram superiores por seu sangue, pelo direito ao ócio, por não exercerem o trabalho (ou o movimento), que era dever de seres menos perfeitos, de escravos, de servos, e sua realeza e/ou sua nobreza eram consideradas como adquiridas no momento da criação, ou por direito divino.

Você deve ter visto isso em filmes que mostram os nobres sendo carregados em liteiras por servos e escravos para que não sujasse os pés ou tocassem o chão. Moviam-se o menos possível.

Da mesma forma, a Igreja organizou sua estrutura hierárquica colocando no alto do mundo, na região lunar, os anjos, os arcanjos e Deus. Na terra, os decaídos e os pecadores; no inferno (o mais baixo dos lugares), aqueles para os quais não haveria salvação. O exercício do pensamento e da meditação se sobrepondo ao do trabalho manual e bruto. A Igreja também defendia a servidão e a escravidão para que os padres pudessem dedicar-se com mais tempo e propriedade ao ofício da oração e da contemplação.

Contudo, um fato novo alterou a ordem das idéias aristotélicas de diferentes formas: a descoberta da América. A própria ciência que permitia esta descoberta já era em si mesma uma contestação dos pressupostos de Aristóteles. E o contato com os povos indígenas encontrados colocou problemas nunca antes pensados: o que seriam esses povos? Seriam humanos ou não?

Os europeus já haviam se defrontado com povos diferentes na África, mas a diferença em relação à América era tão mais intensa quanto mais eles não previam a existência desse continente. Por isso penso que foi nesse período que a questão da diversidade ganhou força e estatuto.

O que eles discutiam:

- Os povos diferentes seriam humanos ou não?
- Os povos diferentes teriam alma ou não?
- Os povos diferentes teriam direitos ou não?
- Seria justo ou não fazer a guerra contra esses povos e escravizá-los?
- Seria justo ou não se apropriar de todas as terras e riquezas desses povos?
- Quais seriam os direitos dessas gentes?



Cerimônia por meio da qual os selvagens matavam e comiam seus prisioneiros, de Theodore de Bry, 1592, Frankfurt. (Relato da viagem de Hans Staden ao Brasil, 1549-1555, 1a. edição, em Marburg, 1557. Reproduzido por Janaína Amado e Luiz Carlos Figueiredo. In: Brasil 1500. Quarenta Documentos. Brasília: UnB, 2001.)

Os teóricos se dividiam entre aqueles que acreditavam que os indígenas eram gente, possuíam alma e teriam direitos, e aqueles que pensavam o contrário e destacavam sua selvageria: andavam nus, eram canibais! Muitas imagens retratam como saborosos churrascos os atos de canibalismo que os europeus enxergavam entre os indígenas na América.

Depois do Renascimento, já nos séculos XVIII e XIX, a justificação das diferenças se acentuou sendo transformada em racialismo (divisão das pessoas por raças de acordo com o clima em que vivem e com suas potencialidades biológicas) e em racismo (política e ideologia baseadas nas hierarquias raciais).

Foram os campos da religião e da filosofia que instituíram teorias definindo um modelo de humanidade, de racionalidade, de pensamento, de conduta que serviu como parâmetro para balizar todos os povos, hierarquizando-os de acordo com as categorias e os valores inventados por teóricos, filósofos e teólogos.

SERÁ QUE O NOSSO MUNDO, HOJE, É TÃO DIFERENTE DESSE?

Pensem:

1- O trabalho braçal vale o mesmo que o intelectual? Quanto ganha um pedreiro e quanto ganha um engenheiro?

2- Como a maioria das sociedades encara os estrangeiros quando estes vêm de países pobres?

3- Não achamos natural que alguns mandem e outros obedeçam?

4- Não consideramos pessoas afortunadas aquelas que não precisam mais trabalhar?

5- Não achamos que o mais alto é melhor do que o mais baixo? A cobertura dos edifícios é o lugar mais valorizado porque está mais distante da rua, tem uma vista mais ampla e quem nela mora não tem vizinhos sobre sua cabeça (é claro que isso tudo depois que se inventaram o elevador e o aquecimento central. Houve um tempo em que os empregados dormiam nos andares mais altos, o que implicava subir muitas escadas e ficar longe do aquecimento que vinha dos porões).

RAÍZES DA DIFERENCIAÇÃO. A PERSPECTIVA HISTÓRICA

Considerando-se uma perspectiva histórica, verificamos que o diferente (ou aquele que era considerado diferente) também era considerado, simultaneamente, como um ser desarmônico ou problemático, como alguém que não se harmonizava com as normas e /ou códigos éticos, morais ou estéticos, pressupostos para a sociedade de forma geral.

A idéia de sociedade como um grupo que se agrega em torno de algumas normas pressupõe que os cidadãos que a compõem obedeçam a

estas normas. Assim, para os gregos, por exemplo, não praticar o culto aos deuses ou não seguir as normas da virtude poderia ser considerado corrupção e ser punido de forma severa com o ostracismo ou a pena de morte, como ocorreu com o filósofo Sócrates, condenado a tomar cicuta (veneno letal) por ter sido acusado de impiedade (não cultuar os deuses) e de corrupção de menores (corromper os valores dos jovens). As normas eram rígidas e rigorosas para que a harmonia da cidade prevalecesse sobre todo o resto.

Não podemos dizer que algo diferente tenha ocorrido ao longo da Idade Média: a condenação de bruxas à fogueira e as cruzadas contra os mouros, por exemplo, foram sempre explicadas como formas de banir o mal garantindo a ordem, a harmonia e os bons valores. Temia-se que, se não fosse eliminada a fonte do mal, ele se alastraria destruindo toda a civilização, toda a sociedade e todos os bons valores. O historiador Jean Delumeau afirma que o medo em relação ao diferente era também o responsável pelo desejo de aniquilar o outro. Quando se inventava o outro como perigoso, ao mesmo tempo se justificavam todas as formas de afastar o perigo que ele representava.

Não é preciso dizer que tudo isso era uma boa desculpa, por exemplo, para não permitir que o poder mudasse de mãos. Ora, os mouros perseguidos não poderiam ampliar seu império para aquilo que os cristãos consideravam seus domínios. As bruxas queimadas faziam com que as mulheres, temerosas, permanecessem sempre sob a tutela do marido, sendo obedientes e cordatas.

Os judeus perseguidos pela Inquisição sempre representaram uma forma de enriquecimento dos cofres dos países e da Igreja, já que fortunas inteiras eram confiscadas quando alguém era acusado e condenado por heresia. O mesmo ocorreu, depois, no regime nazista.

O tráfico de escravos negros foi, durante séculos, a fonte de renda mais lucrativa de países inteiros, que não se intimidaram nem mesmo quando o tráfico foi proibido. Preferiam arriscar e ter seus navios afundados e todos os africanos acorrentados mortos nos porões a abrir mão do ganho que a venda de escravos representava.

Todos estes – mouros, judeus, mulheres, negros – foram, de alguma forma, associados ao perigo.

E NO BRASIL?

Ao longo da história do Brasil, a exclusão social foi constituída por meio da invenção da categoria “classes perigosas”, associada a pobres e negros. Ambos, em algum momento da história, foram tomados como grupos que não tinham utilidade social nenhuma.

A historiadora Laura de Mello e Souza nos dá exemplos da invenção desta categoria no século XVIII. Diz ela quem eram os chamados vadios:

“(...) vadio poderia se tornar o pequeno proprietário que não conseguia se manter à sombra do senhor de engenho; o artesão que não encontrava meio propício para o exercício de sua profissão; o mulato que não desejava mourejar ao lado do negro - pois não queria ser confundido com ele - e não tinha condições de ingressar no mundo dos brancos; vadio continuava muitas vezes a ser o que já viera de além-mar com esta pecha: o criminoso, o ladrão, o degredado em geral. À sua volta, formava-se um círculo vicioso: a estrutura econômica engendrava o desocupado, impedindo-o de ter atividades constantes; o desocupado, desprovido de trabalho, tornava-se oneroso ao sistema.”

(SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 66.)

Mas eles não eram vadios de fato, eram eles que exerciam toda a gama de trabalhos responsáveis pelo avanço e manutenção da colônia e da colonização. Eram eles que se aventuravam pelo sertão em entradas, eram responsáveis pela defesa e manutenção dos presídios, das obras públicas, das lavouras de subsistência, da formação de corpos de guarda e da polícia privada, da composição de corpos de milícia, da abertura e do povoamento de novas áreas, da conquista e do estabelecimento de fronteiras.

Outro historiador, Sidney Chalhoub, afirma que, na passagem do escravismo para a República, os pobres e miseráveis passaram a ser tratados não apenas como desclassificados sociais (inúteis), mas também como uma ameaça. Segundo ele, foi nesse período que os parlamentares engendraram a idéia de que os pobres são sinônimos de classe perigosa.

“Os parlamentares reconhecem abertamente, portanto, que se deseja reprimir os miseráveis. Passam a utilizar, então,

o conceito de 'classes perigosas', avidamente aprendido nos compêndios europeus da época. (...) Os legisladores brasileiros utilizam o termo 'classes perigosas' como sinônimo de 'classes pobres', e isto significa dizer que o fato de ser pobre torna o indivíduo automaticamente perigoso à sociedade, os pobres apresentam maior tendência a ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente 'rolar até o abismo do crime'.
(CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 47-48.*)

Hoje, basta ver a ação da polícia nas periferias ou a forma como abordam as pessoas que consideram “suspeitas” (pobres, pardos e negros) para saber o que pensam. Parece ser senso comum que os negros e os pobres representam mais perigo à sociedade do que os brancos e ricos!

Entre os pobres, os mais pobres eram e continuam sendo os negros. No Brasil, desde o século XIX, iniciou-se o processo de produção da idéia dos negros como extremamente danosos à nação. Desenvolvia-se, nessa época, por parte de alguns intelectuais e políticos, o desejo do final da escravidão para o aprimoramento de técnicas mais modernas de trabalho e o medo de que a população negra liberta tomasse a nação, eliminando os brancos e criando um novo Haiti.

O medo do massacre da população branca pela negra, tal como ocorreu no Haiti na mesma época, gerava pânico entre a elite brasileira. E este medo foi fundamental no processo imigracionista: temia-se um Brasil negro e temia-se o negro no Brasil, então foram abertas as portas para a vinda de imigrantes europeus que teriam como função embranquecer o país e ajudar a colocar o Brasil nos trilhos da modernidade.

Apesar de muitos afirmarem que a vida do escravo brasileiro era tranquila, temia-se uma revolução, uma vingança do negro contra o branco. Essas idéias alimentaram mitos que se inspiravam no racismo europeu.

Desse modo, vimos proliferar uma série de discursos (explicações) sobre essas diferenças que focalizam desde a própria forma como o pensamento se organiza até a classificação dos seres humanos. Obviamente, esses discursos que muitas vezes aparentavam ser conhecimento, ciência, verdade eram representações e ideologias.

No momento de formação da República brasileira, era comum a

divulgação de diferentes idéias acerca da inadequação do negro como futuro cidadão.

“A descrição do negro como lascivo, libidinoso, violento, beberrão, imoral ganha as páginas dos jornais compondo a imagem de alguém em que não se pode confiar. Condenavam o samba e a capoeira como práticas selvagens e que terminavam em desordem e violência. Acusavam os negros por praticarem bruxarias, por não possuírem espírito familiar, sendo as mulheres sensuais e infiéis e os maridos, violentos, retratos da falta de estrutura moral, psíquica e social do negro.”

(SANTOS, Gislene Aparecida dos. A invenção do ser negro. SP/RJ: Educ/Pallas/Fapesp, 2001, p. 131.)

Será que esta forma de enxergar aos negros alterou-se do início da República até hoje?

Em 1996 fiz uma pesquisa sobre o medo na cidade de São Paulo. Naquele momento os jornais discutiam uma onda de violência que teria atingido a cidade destacando o crime do Bar Bodega onde dois jovens teriam sido assassinados. Analisei a forma como o medo da violência era retratado nos jornais lembrando que os jornais são expressões de como partes da sociedade representam e percebem os valores de sua época, buscando criar consenso em torno destas representações.

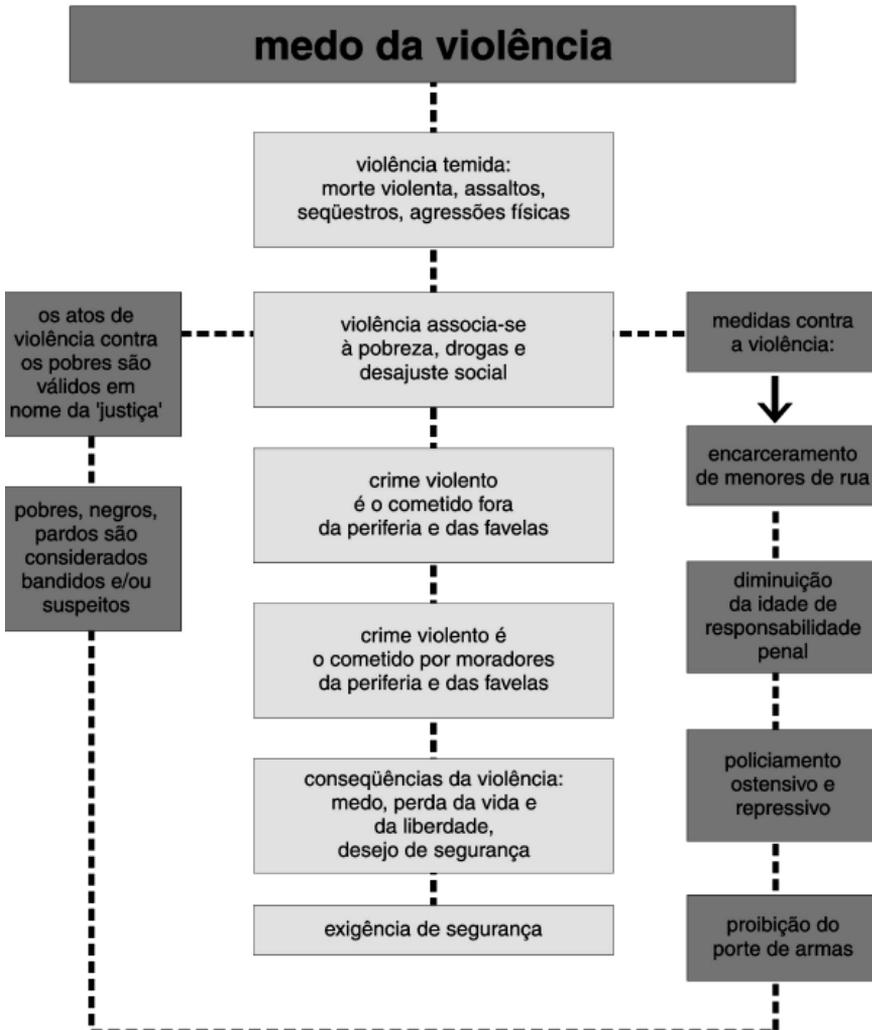
Avaliando as diferentes matérias sobre a violência em São Paulo, observei que o consenso que pretendiam criar era o de que os agentes da violência seriam aqueles que não possuíam nenhum valor moral, não possuíam “educação ou cultura”, seriam os moradores das periferias e das favelas. Este consenso era forjado por meio das diferentes seções dos jornais e pela exposição constante de imagens de pobres e negros associados à prática de atos violentos.

Um trecho de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo em 14 de agosto de 1996 ilustra o fato. Diz: “... Os animais que mataram por esporte, na sexta-feira, dois jovens no bar Bodega, assim como aqueles que executaram outro garoto no dia seguinte, na porta da casa da namorada, são venenosa sem antídoto. Nenhum presídio modelo, desses que agente só vê em filme, porque aqui não existem, recuperaria répteis dessa natureza para o convívio social.”

O que os jornais nos fazem pensar é que essa “canalha”, que nem raça possui já que é definida como uma sub-raça, são todos aqueles que moram nas periferias, favelas, barracos. São os pretos, pardos e pobres.

Vejam o resultado!!! Qualquer semelhança com os dias de hoje não é mera coincidência.

O medo nos jornais



E AGORA?

Após o final da Segunda Guerra Mundial, que terminou em 1945, a questão do preconceito, do racismo e da discriminação alicerçada sobre diferenças tornou-se inaceitável principalmente em função do extermínio de grandes contingentes humanos pela política criada pelos nazistas. O discurso da tolerância ganhou espaço, muitos autores passaram a explicar a construção de pensamentos totalitários, o autoritarismo e a lógica do extermínio, em função da intolerância em relação às diferenças.

Os direitos humanos, no escopo das discussões sobre a tolerância, levaram milhares de pessoas a contestar a situação política e social de vários grupos considerados oprimidos e discriminados. Iniciaram-se movimentos pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos e contra o *apartheid* na África do Sul: o lema é integração, assimilação, igualitarismo. Todos temos os mesmos direitos.

Nesse momento, o foco é demonstrar que as diferenças entre os grupos humanos, os povos, não devem se sobrepor à humanidade de todos: somos todos iguais porque todos somos humanos com os mesmos direitos, com a mesma razão – uma retomada dos valores que moveram a Revolução Francesa.

Contudo, o que os movimentos sociais afirmam logo após a defesa de direitos universais é que este discurso universalista da igualdade lançado contra os genocídios e as segregações não foi suficiente para resolver o problema das desigualdades, que permaneciam. Seria necessária a criação de mecanismos que permitissem que os grupos que teriam sofrido prejuízos pudessem ser compensados e também que os prejuízos não fossem cada vez mais alargados em função de especificidades étnicas e culturais.

Seria necessário recorrer a um novo princípio que permitisse, efetivamente, que a desigualdade fosse superada entre todos os desiguais, respeitando-se suas especificidades como mulheres, negros, indígenas, deficientes, homossexuais, ou seja, respeitando-se suas diferenças.

Este é o momento em que vivemos agora: o do reconhecimento das diferenças como ponto de partida para a criação de direitos e de políticas sociais e educacionais que possam, ao mesmo tempo, corrigir as desigualdades que a sociedade originou sem que as culturas e as diferenças de cada grupo social sejam apagadas ou desconsideradas em nome de um princípio universalista.

Discursos racistas	Discursos anti-racistas
<p>Racismo baseado na idéia de que há somente uma espécie – a espécie humana, a raça humana, e uma série de subespécies ou raças inferiores que não chegam a pertencer à humanidade. Há raças superiores e inferiores. A desigualdade seria natural; exterminar o outro seria natural porque ele não é humano.</p>	<p>1- Direitos universais, direitos humanos. Defesa do igualitarismo e da educação contra os preconceitos, defesa da unidade da espécie humana.</p> <p>2- Defesa da diversidade de culturas e etnias.</p>
<p>Racismo baseado na idéia de que cada raça, etnia, nação teria uma cultura própria que não poderia ser comparada com nenhuma outra, de modo que seria preciso preservar as características dessa cultura contra todos. Todas as nações teriam direito a defender a sua diferença contra estrangeiros, imigrantes e diferentes que viriam a corromper a tradição e a cultura nacionais.</p>	<p>Direitos focalizados, diferencialismo; conservar a identidade coletiva mas também manter e reconhecer as diferenças dos grupos humanos.</p>

ÀS VOLTAS COM A PSICOLOGIA. O PATINHO FEIO



Em outro trabalho chamado “Mulher negra, homem branco”, publicado pela editora Pallas em 2004, utilizo o conto “O Patinho Feio” para discutir algumas questões referentes àqueles que são considerados diferentes. Agora, me aproprio de alguns trechos desse livro para ilustrar minhas idéias.

O conto “O Patinho Feio”, de Hans Christian Andersen, narra a história de uma pata que chocou vários ovos e, entre eles, o último a eclodir foi o de uma criatura feia e desengonçada. Como era diferente dos demais patinhos, foi rejeitado por eles que acreditavam que, por sua feiúra, ele mereceria isso. A mãe, cansada de defender o patinho contra tudo e contra todos, disse que preferia que ele fosse embora. O patinho parte pelo mundo. Em sua jornada, é assustado por caçadores, perseguido por uma galinha e um gato em uma casa velha; observa aves lindas no céu, mas não as reconhece como iguais; fica preso no gelo de um lago e quase morre. Ele é salvo por um lavrador que o leva para casa, onde é maltratado novamente, agora, pelos filhos do homem e por sua mulher (não antes de fazer uma série de trapalhadas). Ele foge mais uma vez e, ao final, em um lago observa a sua imagem descobrindo-se um cisne e é acolhido pelos outros cisnes que se aproximam dele.

“O Patinho Feio” é a história daquele que é rejeitado pelos seus irmãos de origem. Ele busca a aceitação em um grupo no qual não é aceito, sente-se sem lugar no mundo, sem espaço, deprime-se e quase morre.

O conto do patinho feio pode ser visto como o processo de individuação, desde a descoberta de que era diferente e era rejeitado por isso até a percepção de seu verdadeiro eu e do amor de si que possibilitaram a relação com o outro, a interdependência.

Segundo a analista Clarice Pinkola Estés:

“‘O Patinho Feio’, publicada pela primeira vez em 1845, trata do arquétipo do ser incomum e desvalido, uma história perfeita e similar à da Mulher Selvagem. Durante os dois últimos séculos, ‘O Patinho Feio’ foi uma das poucas histórias a incentivar sucessivas gerações de ‘gente diferente’ a agüentar até encontrar sua turma.

Trata-se de uma história básica em termos psicológicos e espirituais. Uma história básica é aquela que contém uma verdade tão fundamental para o desenvolvimento humano que, sem a incorporação desse fato, o avanço se torna duvidoso e ninguém consegue prosperar sob o aspecto psicológico enquanto não perceber essa verdade.”
(ESTÉS, Clarice Pinkola. *Mulheres que correm com os lobos*. 5a. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 211.)

Na história do patinho feio, podemos ler o seguinte:

“E assim ela [a mãe pata] o apresentou às outras criaturas do quintal da fazenda, mas, antes que percebesse, outro pato atravessou o quintal a toda e bicou o patinho feio bem no pescoço.

- Pare com isso! - gritou a mãe pata.

- Ora, ele é tão feio e esquisito. Ele precisa que o maltratem - retrucou o valentão.

- Oh, mais uma ninhada! Como se já não tivéssemos bocas demais a alimentar! - exclamou a pata rainha com o trapo vermelho na perna. - E aquele lá, grandão e feio? Bem, aquilo sem dúvida é um engano.

- Ele não é um engano - disse a mãe pata. - Ele vai ser muito forte. Foi só que ele ficou tempo demais dentro do ovo e ainda está meio deformado. Mas ele vai se recuperar.”

(ESTÉS, Clarice Pinkola. Mulheres que correm com os lobos. 5a. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p. 212. Os grifos são meus)

No conto, o que determinava os maus-tratos aos quais o patinho deveria ser submetido era sua estranheza física: esquisito, grandão, deformado. O que incomodava os outros?

Harmonia significa junção das partes. Não junção de partes necessariamente iguais, idênticas, mas de partes que, somadas, gerariam um equilíbrio e se completariam. Assim, um grupo ou uma sociedade harmoniosos não seriam aqueles em que todos os seus indivíduos fossem iguais, mas aqueles nos quais todos reconhecessem que juntos teriam o equilíbrio. Vimos como essa idéia estava presente entre os gregos.

No conto de Andersen, o patinho feio perturbava a ordem do quintal da fazenda e quebrava a harmonia e o equilíbrio porque era tomado como deformado, estranho, esquisito: o exótico.

Olhar algo ou alguém como exótico seria uma forma de lidarmos com aquilo que instintivamente consideramos desarmônico e estranho sem colocar em risco a nossa própria harmonia e equilíbrio. Também é uma forma de estabelecer diferenças, já que haverá um a olhar o outro como exótico e a se excluir desse exotismo e da possibilidade de ser observado dessa forma.

A desarmonia não implica somente a feiúra, mas a estranheza, a esquisitice, o engano. Há esta tensão no conto “Patinho Feio”: ele não era realmente feio, mas somente não combinava com os outros. Não fazia com que sua presença gerasse um sentimento de equilíbrio. Percebemos que o patinho gerava incômodo por ser esquisito. Mas, simultaneamente, era necessário para que os outros patinhos pudessem dar vazão a seus instintos mais baixos, pudessem exteriorizar as suas próprias esquisitices: era a pata rainha queixando-se de suas responsabilidades e sendo avarenta; o patinho valentão exercendo o seu sadismo ao dizer que o patinho feio precisava que ele o maltratasse; a mãe do patinho podendo revelar a sua ambigüidade enquanto um ser que somente podia acolher os patinhos que não lhe gerassem problemas, que lhe dessem orgulho, que dessem certo na vida, e mostrando que não poderia acolher ou suportar a exposição e a diferença de um dos seus filhotes.

O patinho feio traz desequilíbrio ao quintal da fazenda ao “gerar”, com sua presença, a liberação dos sentimentos que os outros patos certamente não gostariam de possuir, mas possuíam. Por isso, ele incomodava, mas, ao mesmo tempo, era necessário porque, ao ser receptáculo dessas emoções, permitia que o grupo dos “patinhos bonitos” permanecesse coeso e harmônico: era ele quem gerava problemas, era ele quem recebia o ônus pelos distúrbios como se, querendo pertencer àquele espaço, ele justificasse a sua própria exclusão (já que não era um pato). E, por mais perfeito que ele quisesse ser, jamais poderia alcançar a perfeição de ser um pato bonito.

No momento em que ele decide sair do quintal é como se dissesse: “Basta! Eu não quero mais participar de um enredo no qual meu papel é ser o espelho do pior de cada um de vocês; é o de ser, por isso, o receptáculo de sua ira! Eu quero a felicidade, eu quero ser aceito como eu sou!”. Mas o que ele seria?

O patinho decide sair do quintal. Mas decide porque sua mãe diz que não o suportava mais ali; não agüentava mais o que ele trazia. Ele poderia ficar se não tivesse dentro de si a coragem para correr outros riscos. Ele, por si próprio, não se considerava estranho, mas havia algo nele que incomodava os outros e era impossível para ele ser de outra forma. E foi esse algo que era de sua natureza que lhe deu o impulso para ir embora. O patinho feio não tinha ciência de quem era, do que sua presença gerava nos outros, por isso se sentia triste, culpado, deprimido, solitário.

O que fazia feio o patinho feio era que todos projetavam nele suas próprias feiúras porque ele, instintivamente, sem saber ao certo como ou por quê, desafiava, gerava incômodo.

Não é difícil associar a história do patinho feio com o que acontece diariamente com muitas crianças em nossas escolas! Hoje, poderíamos dizer que o patinho foi vítima de *bullying*, a palavra inglesa criada para designar os maus-tratos, as humilhações, as intimidações, as gozações, as tiranias, as perseguições e as ofensas de que muitas crianças são vítimas em função de suas diferenças.

O PAPEL DO EDUCADOR

1) Identificar e valorizar as crianças

O papel do professor é fundamental tanto para impedir que o processo de diferenciação se torne um processo de discriminação e segregação no

espaço da escola quanto para oferecer novos modelos e valores com os quais crianças negras e brancas possam se identificar e que promovam, entre elas, a aproximação em vez do estranhamento.

Para isso, é importante que o professor:

1- Saiba que estará agindo como a mãe pata se simplesmente tentar fazer com o que o problema desapareça. Ou seja, negando a existência de conflitos entre as crianças negras e as brancas ou acreditando que, por serem pequenas, não irão se diferenciar umas das outras.

Lembre-se de que diferenciar é a maneira que temos para construir a nossa própria identidade e personalidade. Todos diferenciam! O importante é lidar com esse processo de modo a não permitir que ser diferente seja tomado como ser inferior.

Numa sala, a maioria das crianças são brancas e percebem isso. Percebem e apontam a diferença entre elas e as crianças negras, a diferença na cor, no formato do rosto, no cabelo... Dizer que são todas iguais funcionaria diante da percepção dessas diferenças? Obviamente não!!! É preciso que o professor explore essas diferenças de forma a valorizá-las sem contribuir para que se transformem em pontos de partida para a discriminação.

Como explorá-las? Permitindo o toque, discutindo as diferenças por meio de histórias, desenhos, músicas, contos para crianças, instrumentos musicais, valorizando a diversidade que tiver em sua sala de aula!

2- Faça o percurso de aceitação das diferenças, admitindo sua dificuldade para aceitar o outro exatamente como é. É preciso que perceba os momentos nos quais agiu como um patinho bonito totalmente integrado, com dificuldade para aceitar aquele que é considerado esquisito e fora de lugar. Não há que sentir culpa em função de um processo histórico construído para que ajamos exatamente assim. Mas é preciso negar-se a continuar a agir assim. Isso tudo toma tempo.

3- Lembre-se do que sentia o patinho feio:

- **era um belo cisne, mas se considerava feio porque era tratado desta forma.** Será que os educadores reconhecem as qualidades das crianças negras ou as tratam como se não tivessem valor algum fazendo com que, mesmo sendo inteligentes e capazes, sintam-se burras e incapazes?

- **era inseguro e desajeitado na forma de lidar com outros (como o patinho que caiu na farinha, derrubou o leite, caiu na manteiga).** Será

que os educadores compreendem que, muitas vezes, a forma de ação das crianças negras em sala de aula (serem desajeitadas, gaguejarem, cometerem erros por distração...) se vincula a uma enorme insegurança e medo de serem rejeitadas pelos colegas e professores?

- **era triste e deprimido porque era maltratado e estava sempre em busca de algo fora, já que era rejeitado onde estava.** Será que as crianças ficam sozinhas, quietinhas e tristes porque recebem maus-tratos de seus colegas ou de seus professores? Isso não faria com que se afastassem da escola, faltassem às aulas, desistissem de aprender?

- **era solitário e sentia-se órfão.** Será que as crianças negras recebem a mesma atenção dos professores que as outras crianças da mesma sala/escola, ou sentem-se constantemente descuidadas por aqueles que deveriam cuidar delas, cuidar de seu aprendizado e formação?

- **buscava o tempo todo reconhecimento e por isso sofria.** Será que as crianças negras lançam mão de uma série de recursos para tentar receber a atenção e o reconhecimento dos professores que lhes são negados? Excesso de indisciplina? Excesso de silêncio? Desregramento? Conduta severa demais consigo mesmas?

Como se sentir de outra forma se você é tratado como alguém que não tem valor nenhum somente porque é diferente?

4- Saiba que a cultura na qual nossas crianças vivem e são educadas (a nossa cultura) pratica, constantemente, a descaracterização das culturas de origem africana e do negro de forma mais geral, levando os indivíduos afro-descendentes a um conflito de identidade. Percebemos que muitas vezes há a incorporação do branco como valor e a expressão do ser negro como sinônimo de negatividade.

Para a formação de crianças negras felizes com o que são, crianças que aprendam a gostar delas mesmas, é necessário o reconhecimento sociocultural do negro e dos valores de origem africana como sinônimos de positividade. Esses valores, presentes nos espaços de formação das crianças, poderão ser incorporados por elas, aceitos e vivenciados sem conflitos. Ao professor cabe também oferecer elementos positivos com os quais as crianças negras possam se identificar.

2) Ampliar a razão e abarcar a experiência

Estudando a história, podemos perceber que a representação negativa

dos negros se intensifica a partir do instante em que é interessante manter a escravidão como forma de mão-de-obra e de comércio extremamente lucrativa, ou seja, associa-se ao momento político no qual foi engendrada e não pode ser pensada de maneira isolada.

Vejam a diferença entre as imagens que representavam os negros antes da escravidão ser implantada nas Américas e as imagens forjadas depois, ao longo do período escravista.

Antes, podíamos ver a imagem dos negros em símbolos da heráldica, representados em brasões de reis e príncipes, retratados como reis, rainhas (a rainha de Sabá) e santos (São Maurício). Depois, aparecem vinculados a selvageria, escravidão, devassidão.



Adoração dos magos. Peça de altar, igreja Staufen. 1420. Freiburg im Breisgau, Augustiner Museum.



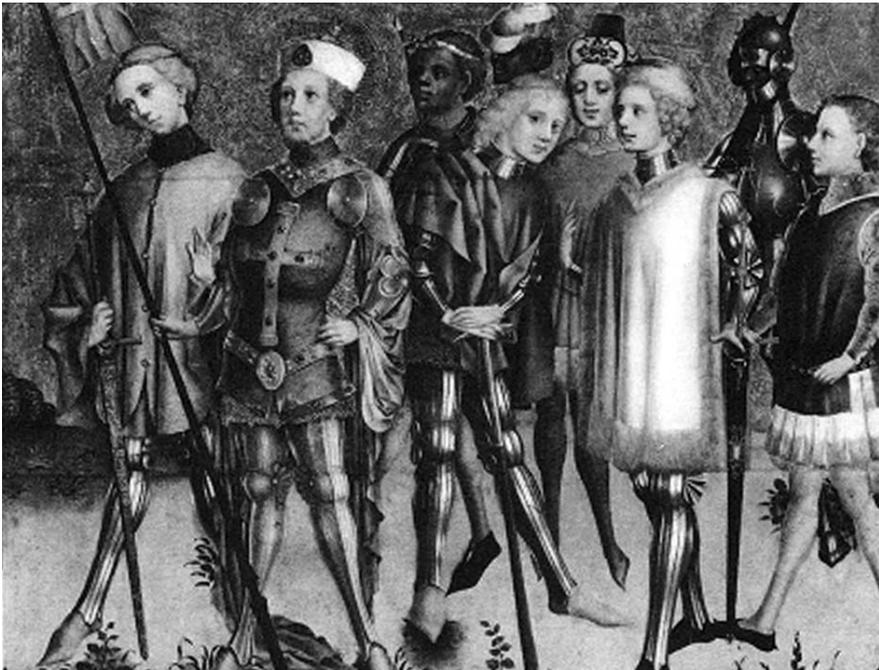
Preste John e seus vassallos. Armonial de Conrad Grunenberg, p. 53. Constance, 1480. Munich, Biblioteca Bayerische.

Fonte das imagens: Jean Devisse e Michel Mollat. *The image of the black in western art.* Cambridge: Harvard University Press, 1979. Vol. II.

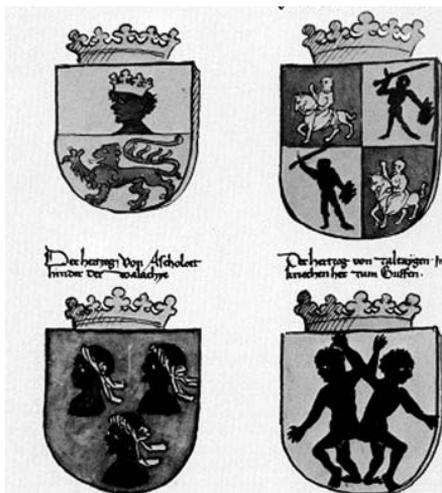


*Salomão adorando ídolos.
Speculum humanae
salvationis. Lubech, 1430,
Copenhagen, Biblioteca
Kongelige*

*São Jeronimo e seus
companheiros na Legião
Tebana, Fragmento
de uma peça de altar.
Colonha, Igreja de
Santa Bradget. 1450-60.
Nuremberg, Germanisches
Nationalmuseum*



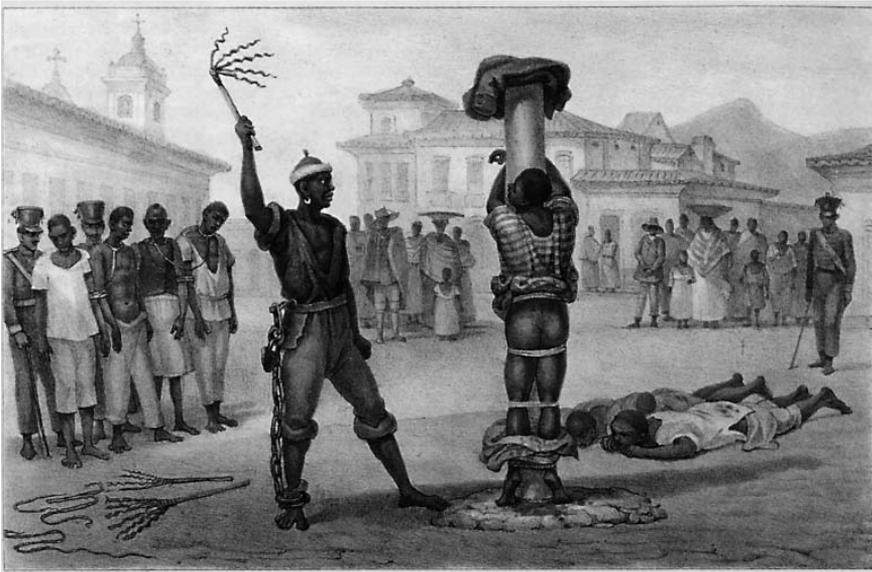
Rei Negro de um grupo de estátuas que formavam a Adoração dos magos. 1440. Viena. Catedral de São Stephan



Brasões dos vassallos do imperador da Constantinopla. Ulrich Richental, Das Konzil zu Konstanz, fol. 135. Constance. 1465. Constance. Museu Rosgarten



O jantar. Jean-Baptiste Debret. Reproduzido em: Negro de corpo e alma. Mostra do redescobrimento. São Paulo: Fundação Bienal, 2000, p. 125.



Aplicação do castigo/negro no tronco. Jean-Baptiste Debret. Reproduzido em: Negro de corpo e alma. Mostra do redescobrimento. São Paulo: Fundação Bienal, 2000, p.107.



Feitores castigando negros. Jean Baptiste Debret. Reproduzido In: Negro de corpo e alma. Mostra do redescobrimento, São Paulo: Fundação Bienal, 2000, p.107.

Ora, qual era a finalidade dessas imagens?

Fixar algo recolhido do imaginário social? Influenciar o imaginário social? Simplesmente demonstrar práticas comuns a um determinado momento histórico?

Será que podemos dizer que essas imagens são preconceituosas? Que seus autores seriam preconceituosos?

Renato Queiroz, antropólogo, define preconceito desta forma:

“(...) é um juízo preestabelecido, baseado em mera crença ou opinião que formamos sem conhecer devidamente a realidade sobre a qual nos manifestamos. Portanto, pré-conceito significa ‘conceito prévio’, formulado sem o cuidado de permitir que os fatos sejam investigados e possam contrariar nossos julgamentos ou opiniões.”
(QUEIROZ, Renato. *Não vi, não gostei. O fenômeno do preconceito*. São Paulo: Moderna, 1997, p. 16.)

Nesse sentido, podemos dizer que todos temos preconceitos e seria impossível não tê-los, já que é impossível investigarmos todas as coisas sobre as quais falamos e emitimos opiniões antes de falarmos sobre elas. Contudo, um problema se instala quando acreditamos tão profundamente nos juízos que elaboramos sem tê-los investigado a ponto de nos recusarmos a qualquer tipo de experiência que nos permitisse testar a idéia, o valor, o conceito que formulamos. Pior é quando a partir desses preconceitos assumimos condutas discriminatórias.

Um exemplo bem simples: quem não conhece alguma criança que tenha dito que odiaria um alimento até a morte? Seu juízo sobre esse alimento pode ter sido gerado pelo que ouviu de outras crianças, dos pais, pela aparência da comida. Num certo dia, sem saber, prova o tal alimento e acha uma delícia!!! A criança havia recusado a comida em função de preconceitos. Quando a experiência foi permitida, pôde reavaliar e elaborar novos juízos. E, a partir daquele dia, passa a comer sem problema algum.

Contudo, ao longo da vida, construímos uma série de preconceitos que não desconstruímos por meio da experiência porque não sabemos que são preconceitos (acreditamos piamente que são verdades).

Por exemplo, se acreditamos que todos os negros são ótimos sambis-

tas e péssimos matemáticos, não iremos nos dar a oportunidade de testar empiricamente esse fato nos aproximando de diferentes pessoas negras para verificar se isso seria ou não verdade. Se consideramos que todas as mulheres louras são burras, para que verificar se isso seria ou não verdade? Tomamos nossos preconceitos como se fossem verdades e, com base neles, discriminamos.

Imaginem quantas pessoas negras deixaram de ser contratadas por não terem a chamada “boa aparência” ou por não serem consideradas adequadas a um cargo ou função! Julgadas por meio de preconceitos, nem têm a oportunidade de mostrar que são capazes. Quantas mulheres perderam cargos de chefia porque seus chefes acreditavam que não agüentariam a pressão por serem frágeis demais?!

As ideologias (ou as “explicações” teóricas criadas para justificar alguma forma de dominação) colaboram para que preconceitos sejam tomados como verdades. Se ao longo de tanto tempo ouvimos que os negros são mais emotivos e menos racionais, mais imaginativos e menos inteligentes, mais violentos, porque as teorias racistas criaram essas idéias, torna-se muito mais fácil agir em função desses valores tratando a todos os negros, indistintamente, como se fossem exatamente assim. A ideologia opera por meio de ultrageneralizações (ou estereótipos) e do ocultamento de parcelas da realidade que são negadas para que o discurso ideológico faça sentido.

Imaginem se todas as vezes que agíssemos de maneira preconceituosa ascendesse um painel nos mostrando isso.

EI, SE LIGA, PROFESSORA! ISSO É PRECONCEITO!!!

Por isso os feminismos, anti-sexismos, anti-racismos existem! Para denunciar essas ideologias e construir novas idéias e valores que não tenham como objetivo dominar e submeter as mulheres, os negros e todos aqueles que são considerados diferentes. São formas de nos fazer pensar!

A pergunta que cabe fazer é, então: como não agir preconceituosamente?

Penso que para responder a essa pergunta seja necessário, antes de mais nada, recorrer a outra definição de preconceito que nos é dada pelo psicólogo José Leon Crochik, no artigo “Apontamentos para a educação inclusiva”.

“O preconceito é entendido, em geral, como uma atitude hostil em relação a um grupo de indivíduos considerados inferiores sob determinados aspectos – morais, cognitivos, estéticos – em relação ao grupo ao qual o preconceituoso pertence ou almeja pertencer.”

(CROCHIK, José Leon. Apontamentos sobre a educação inclusiva. In: SANTOS e SILVA. Estudos sobre ética. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 285.)

Na seqüência, Crochik afirma que o que é evitado pelo preconceituoso, na sua relação com a vítima, é sua *identificação* com a vítima. Dito de outra forma, o preconceituoso não quer ser confundido com aquele/aquela por quem tem preconceito, principalmente quando percebe que aquele valor que despreza naqueles que discrimina pode estar dentro dele mesmo. Quando diz que todos os negros são vagabundos, separa-se dos negros e diferencia-se. “Eu, por não ser negro, não sou vagabundo. Se a sociedade e a cultura passaram anos e anos afirmando que todo negro é vagabundo, eu não vou querer ser negro, não vou querer me aproximar de negro nenhum e vou considerar justo e adequado jamais contratar nenhum negro porque se não fizerem na entrada, farão na saída...”. Um dito popular, preconceituoso, que “explicaria” a lógica de comportamento de todas as pessoas negras.

A CHAVE ESTÁ NAS IDENTIFICAÇÕES!

Lembram que no começo de nosso percurso foi dito que diferenciar é normal, mas que é fundamental perceber que o processo de identificação implica que estejamos abertos a nos relacionar com aquilo que é diferente de nós, a dialogar com as diferenças, pois é a partir deste diálogo que incorporamos novos conteúdos a nós mesmos, abandonamos antigos, nos transformamos???

Em resumo, quando agimos de maneira preconceituosa, nos negamos a experiências novas, nos negamos a dialogar com aquilo que é diferente de nós. É como se nos fechássemos em um mundo nos recusando a crescer. Recusando-nos a aumentar nossa capacidade de perceber formas novas e de perceber a nós mesmos também nos transformando ao longo do tempo.

É preciso que nossas formas de pensar, agir, sentir sejam sempre ampliadas abarcando novas experiências. Mas não qualquer experiência, não qualquer contato (porque não podemos nos esquecer de que nem sempre o contato com o outro evita o preconceito. Os relatos dos viajantes na África e na América e as imagens que apresentamos acima demonstram isso!). As imagens mostram uma parcela da realidade vivida pelos negros (o momento de sua submissão), mas não apresentam momentos nos quais reagem e tentam reagir à submissão e à violência. O que fixamos em nosso imaginário: a imagem do negro submisso!!! O contato, por si só, não é condição para a erradicação do preconceito porque, muitas vezes, já pode estar totalmente determinado pelos modos de ver, agir, sentir, pensar que as ideologias produziram.

É preciso que aprendamos a apreciar o gosto pela diversidade entre povos e culturas como um valor essencial à própria humanidade.

Quanto mais diferentes e diversos houver no espaço de produção do saber, da cultura, do conhecimento, mais rico esse conhecimento poderá ser, exatamente por sempre questionar nossas certezas.

Vejam só que interessante: mães e pais ficam felizes quando seus filhos comem de tudo. Ensinamos os nossos filhos a conhecerem a importância de cada alimento, sem preconceitos. Professoras e professores sentem-se gratificados quando seus alunos demonstram gostar de todas as matérias com curiosidade e empenho. Ensinamos a valorizar todas as áreas do conhecimento.

Por que não conseguimos dar o mesmo valor ao convívio com aqueles que são diferentes de nós? Por que não conseguimos ensinar a riqueza da diversidade de culturas, costumes de cada povo, diversidade de aparências?

Por isso, hoje, estamos falando em diversidades e diferenças com a esperança de que possamos desenvolver o gosto por todos os tons que compõem o mundo.

“Aqui está o grande desafio da educação como estratégia na luta contra o racismo, pois não basta a lógica da razão científica que diz que biologicamente não existem raças superiores e inferiores, como não basta a moral cristã que diz que perante Deus somos todos iguais, para que as cabeças de nossos alunos possam automaticamente deixar de ser preconceituosas. Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos

formativos e informativos, ela não modifica por si só o imaginário e as representações coletivas negativas que se têm do negro e do índio na nossa sociedade. Considerando que esse imaginário e essas representações, em parte situados no inconsciente coletivo, possuem uma dimensão afetiva e emocional, dimensão onde brotam e são cultivadas as crenças, os estereótipos e os valores que codificam as atitudes, é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações. Enfim, capazes de deixar aflorar os preconceitos escondidos na estrutura profunda do nosso psiquismo.”

(MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola. Brasília: MEC, 2000, p. 11.)

Para saber mais

Além dos livros e obras já citados ao longo do texto, creio ser fundamental ler:

CROCHIK, José Leon. *Preconceito, indivíduo e cultura*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 3ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio e HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARTZ, Lilia e QUEIROZ, Renato S. (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 213-229.

NASCIMENTO, Elisa Larkin do. *Sortilégio da cor*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e pós-modernidade*. Petrópolis: Vozes, ...

HALL, Stuart. *Da diáspora*.

ARAÚJO, Joel Zito. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Senac, 2000.

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHNAIDERMAN, Miriam. Racismo, o estranhamente familiar: uma abordagem psicanalítica. In: SCHWARTZ, Lilia e QUEIROZ, Renato S. (Orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 83-95.

DAMASCENO, Caetana Maria. “Em casa de enforcado não se fala em corda”: notas sobre a construção social da “boa” aparência no Brasil. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio e HUNTLEY, Lynn (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 165-199.

FORD, Clyde W. *O herói com rosto africano: mitos da África*. São Paulo: Summus/Selo Negro, 1999.

SOUZA. Neusa Santos. *Tornar-se negro*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

GLOSSÁRIO DA COLEÇÃO

Auto-aceitação: ato ou efeito de aceitar a si mesmo; acolhimento. Disposição de experimentar, acolher e assumir responsabilidades pelos próprios pensamentos, sentimentos e ações.

Auto-estima: sentimento amoroso que uma pessoa é capaz de nutrir por si mesma. Reconhecimento e valorização das próprias qualidades, potencialidades e atributos físicos e respeito às próprias imperfeições e limitações.

Axé: palavra de origem iorubá que significa força vital. Trata-se da força-ser que estrutura o universo. Em língua bantu: ntu.

Casa-grande: habitação senhorial, geralmente o centro de uma propriedade rural (engenho de açúcar, fazenda de café ou gado) em que habitavam o senhor proprietário, seus familiares e agregados.

Discriminação positiva: termo usado atualmente com a finalidade de reparar erros que foram secularmente cometidos e endossados pela sociedade. Exemplos: bancos diferenciados para idosos no transporte coletivo; cota mínima para mulheres nas representações de partidos políticos; cota mínima para indígenas e afro-descendentes nas instituições de ensino superior.

Discriminação racial: ato de discriminar uma pessoa tendo como base sua raça/cor da pele, com a intenção de preteri-la, ofendê-la, excluí-la ou inferiorizá-la. Pode ser um ato explícito, dirigido diretamente à pessoa-alvo, ou um ato camuflado.

Discriminar: separar com base em categorias. Por exemplo, ao criar a categoria cor, discrimina-se o azul do amarelo, do roxo, do preto, do cor-de-rosa. Ao criar a categoria som: discrimina-se o som alto do baixo, do agudo, do grave. A discriminação deixa de ser somente um ato de separação que visa organizar algo dentro de categorias inventadas pelos humanos quando é apoiada em valores por meio dos quais são estabelecidas hierarquias.

Estereótipo: clichê, rótulo, modelo rígido e anônimo, com base no qual são produzidos, de maneira automática, imagens ou comportamentos. Chavão repetido sem ser questionado. Parte de uma generalização apressada: toma-se como verdade universal algo que foi observado em um só indivíduo.

Estigma: refere-se a algum atributo ou qualidade de natureza depreciativa que se apresentam como verdadeiros, mas que de fato foram forjados nas relações sociais, geralmente num contexto de disputa ou competição. Por isso, o estigma, quer individualmente ou socialmente, pode ser usado, por exemplo, como instrumento para justificar a exclusão de uma pessoa ou grupo da participação efetiva na sociedade.

Flexibilidade: qualidade de flexível, elasticidade; capacidade dos indivíduos de enfrentarem as mudanças sem apegos inadequados ao passado e sem dificuldades para lidar com o que é novo.

Identidade: produto dos papéis sociais que o sujeito assume em suas relações sociais; sentimento que uma pessoa tem de possuir continuidade, como distinguível de todas as outras. “Os termos ‘identidade’ e ‘subjetividade’ são, às vezes, utilizados de forma intercambiável. Existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre os dois. ‘Subjetividade’ sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre ‘quem somos’. (...) As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (Kathryn Woodward).

Identificação: processo psicológico pelo qual um indivíduo assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro, e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa. A personalidade constitui-se e diferencia-se por uma série de identificações.

Personalidade: organização constituída por todas as características cognitivas, afetivas e físicas de um indivíduo; o elemento estável da conduta de uma pessoa; sua maneira habitual de ser, aquilo que a distingue de outra.

Preconceito: “é um juízo preestabelecido, baseado em mera crença ou opinião que formamos sem conhecer devidamente a realidade sobre a qual nos manifestamos. Portanto, pré-conceito significa ‘conceito prévio’, formulado sem o cuidado de permitir que os fatos sejam investigados e possam contrariar nossos julgamentos ou opiniões” (Renato Queiroz). “O preconceito é entendido, em geral, como uma atitude hostil em relação a um grupo de indivíduos considerados inferiores sob determinados aspectos – morais, cognitivos, estéticos – em relação ao grupo ao qual o preconceituoso pertence ou almeja pertencer” (José Leon Crochik).

Preconceito racial: concepção sem exame crítico, formada a priori, transmitida culturalmente de geração em geração. Caracteriza-se por idéias assumidas com propriedade, sem reflexão sobre sua racionalidade e sobre a consequência de aderir ou não a elas.

Psique: a alma, o espírito, a mente.

Psiquismo: conjunto de fenômenos ou de processos mentais conscientes ou inconscientes de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos.

Racismo: explicação criada, no século XIX, para justificar a ação política de discriminação, segregação, exclusão e eliminação baseada na idéia de que existem raças humanas com características determinadas e imutáveis, atribuídas a todos os indivíduos pertencentes a este grupo e transmitidas hereditariamente. A cada raça biológica corresponderiam também traços de cultura, valores, ciências, de modo que as “raças” mais evoluídas deveriam dominar e comandar as menos evoluídas, para o bem da própria humanidade. O racismo é uma ideologia ou forma de dominação que explica e justifica que essas supostas raças superiores dominem ou eliminem as consideradas inferiores.

Senzala: espaço, na casa-grande ou sobrado senhorial, reservado ao abrigo dos escravos. Geralmente de uma só porta e sem janelas para evitar fugas. Lugar insalubre onde se prendiam homens e mulheres de todas as idades. Na origem (Angola), significava “residência familiar”.

Subjetividade: dimensão do ser humano que está para além dele, não se restringindo a uma essência interna. É constituída pelos níveis individual e social; é histórica, construída e se desenvolve nos processos das relações sociais dentro das culturas onde as pessoas vivem.

Quilombo: na origem (Angola), significa acampamento e, por extensão, os locais onde se reuniam os prisioneiros destinados à escravidão antes de serem embarcados nos tumbeiros. No Brasil, desde a Colônia, ganhou nova conotação a partir do momento em que o refúgio/acampamento de escravos fugidos passou a ser identificado para combate e desmantelamento. A palavra mocambo também é utilizada com o mesmo significado, embora na origem (quicongo) designe telhado de habitação miserável.

Valores civilizatórios africanos: no Brasil existem valores originários da matriz africana que constituem elementos fundadores de nossa cultura: solidariedade, sociabilidade, hospitalidade, gestualidade, musicalidade.

A coleção *Percepções da Diferença. Negros e Brancos na Escola* é composta pelos seguintes volumes:

1. Percepções da diferença.

Autora: Gislene Aparecida dos Santos

2. Maternagem. Quando o bebê pelo colo.

Autoras: Maria Aparecida Miranda e Marilza de Souza Martins

3. Moreninho, neguinho, pretinho.

Autor: Cuti

4. Cabelo bom. Cabelo ruim.

Autora: Rosângela Malachias

5. Professora, não quero brincar com aquela negrinha!

Autoras: Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz

6. Por que riem da África?

Autora: Dilma Melo Silva

7. Tímidos ou indisciplinados?

Autor: Lúcio Oliveira

8. Professora, existem santos negros? Histórias de identidade religiosa negra.

Autora: Antônia Aparecida Quintão

9. Brincando e ouvindo histórias.

Autora: Sandra Santos

10. Eles têm a cara preta!

Vários autores

ISBN 978-85-296-0082-6 (Obra completa)

ISBN 978-85-296-0083-3 (Vol. 1)